



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo Disciplinar nº [...]/25

Relator: [...]

Reclamação do Acórdão da Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público,
de 21 de maio de 2025

ACORDAM NO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I – RELATÓRIO

1. A Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por Acórdão de 21 de maio de 2025, aplicar a sanção disciplinar de multa correspondente a três remunerações base diárias à Procuradora da República Lic. [A], pela prática de uma infração grave por violação do dever de correção.

2. Notificada daquele acórdão veio a Magistrada arguida, em tempo e ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 34º do EMP, recorrer da referida deliberação para o Plenário do Conselho Superior do Ministério Público.

3. No recurso apresentado e expedido, por mensagem de correio eletrónico da sua mandatária ao Conselho Superior do Ministério Público, em 14 de julho p.p., a magistrada recorrente veio apresentar argumentos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, requerendo dever: «i) *Proceder-se à anulação da deliberação da Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público, ora recorrida, datada de 21.05.2025;*

(ii) Proceder-se à substituição do Acórdão Recorrido por outro que proceda ao Arquivamento do presente processo disciplinar em consequência de reapreciação da factualidade.

Ou, caso assim não se entenda,

(iii) Proceder-se à substituição do Acórdão Recorrido por outro que proceda ao cumprimento do ónus da prova sobre os factos necessitados de prova, que considera que o Recorrente não agiu com qualquer grau de culpa do Recorrente ou que proceda à aplicação sanção de advertência não registada, ou, caso assim não se entenda, atenuação especial da sanção disciplinar em conformidade com as circunstâncias apuradas e proceda à aplicação da suspensão da execução da sanção disciplinar, em caso de aplicação de sanção disciplinar ao Recorrente.

II – FUNDAMENTAÇÃO

DAS ALEGADAS NULIDADE DA ACUSAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FACTOS SUSCETÍVEIS DE CENSURA DISCIPLINAR

Sem negar, por completo, a veracidade dos factos dados como provados, mas ainda assim, considerando que os mesmos são insuscetíveis de censura disciplinar, atribuindo-lhes um contexto isento da prática de qualquer infração disciplinar, a Magistrada recorrente, no recurso apresentado, discorda da valoração e relevância disciplinar que é atribuída aos factos vertidos na acusação, considerando, ainda, que a deliberação do Acórdão recorrido deve ser anulada porque *«atendendo ao grau de ilicitude, de culpa, à gravidade das suas consequências do seu comportamento e ao grau de violação dos deveres impostos, não deveria ter sido reconhecida uma qualquer responsabilidade disciplinar à Recorrente, nem tampouco aplicada uma qualquer sanção disciplinar»*.

Considera, portanto, a Magistrada recorrente existir uma falta de verificação dos pressupostos da infração pela qual foi condenada. Contudo, tais pressupostos estão, efetivamente, verificados como decorre dos autos, nomeadamente do Relatório Final e do extenso Acórdão da Secção Disciplinar. Os factos dados como provados alicerçam-se na fundamentação do Acórdão recorrido, nomeadamente a motivação da convicção, a qualificação e medida da pena da parte B), n.º 1 (1.1 e 1.2) e 2, e, também, verificando-se que os mesmos integram a prática pela Magistrada arguida, como autora, da violação grave do dever de correção.

Andou bem a Secção Disciplinar ao considerar que *«[...]mostra-se evidente a prática*



de conduta lesiva [...] , porquanto dirigir epítetos a colegas pares ofensivos da sua honra e dignidade, não é considerada prática urbana, nem de educação em ambiente de trabalho na magistratura que tem por função, designadamente, sujeitar à justiça situações semelhantes àquelas que a magistrada visada deu azo».

Nos presentes autos não existe uma insuficiência factual que implique um manifesto défice da matéria dada como provada, revelando-se esta suficiente para o apuramento da verdade dos factos, para o processo de formação da convicção da Secção Disciplinar e respetivo enquadramento jurídico e tomada decisão, com a consequente aplicação da pena disciplinar.

DA SANÇÃO DISCIPLINAR APLICADA E DA ALEGADA DESCONSIDERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

Considera a recorrente que a sanção de multa aplicada pela Secção Disciplinar é excessiva.

Não reconhecendo o incumprimento de qualquer dever funcional, por entender a recorrente, como já *supra* mencionado, que «*atendendo ao grau de ilicitude, de culpa, à gravidade das suas consequências do seu comportamento e ao grau de violação dos deveres impostos, não deveria ter sido reconhecida uma qualquer responsabilidade disciplinar à Recorrente, nem tampouco aplicada uma qualquer sanção disciplinar.*

Como tal, também não deveria ter sido aplicada a pena de multa, pelo que deveria ter a Recorrente sido absolvida.

Por outro lado, conforme expresso no Acórdão recorrido, deveriam ainda ter-se dado por verificadas as seguintes circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar da Recorrente, nos termos e para os efeitos do artigo 255.º, n.º 3, do EMP: [...]», requerendo ainda, se assim não se entender, que, a ser aplicada uma sanção, a pena disciplinar adequada é

a advertência, suspensão na sua execução e não registada ou, caso assim não se entenda, a atenuação especial da sanção disciplinar em conformidade com as circunstâncias apuradas e proceda à aplicação da suspensão da execução da sanção disciplinar, em caso de aplicação de sanção disciplinar.

Apesar das razões invocadas, os dados e factos objetivos fazem concluir que, na conduta da Magistrada arguida, houve culpa grave pelo incumprimento dos deveres profissionais, *maxime* do dever de correção.

Sem desconsiderar a carreira e percurso profissional da Magistrada recorrente, certo é que a sua atuação não se compadece com a atuação e comportamento que é exigível a um magistrado do Ministério Público no exercício das suas funções, nomeadamente no relacionamento com os seus pares.

A descrita conduta da recorrente no acórdão recorrido, e que aqui se dá por integralmente reproduzida, enquanto Magistrada do Ministério Público, demonstra que agiu de forma incorreta, com falta de educação e de urbanismo que lhe eram exigidos no relacionamento funcional com os demais agentes da justiça, nomeadamente, as colegas magistradas, violando assim um dever inerente à sua função que é o dever de correção.

A pena de multa «*é aplicável a infrações graves em que não se mostre necessária ou adequada, face às circunstâncias do caso, a aplicação de outra sanção disciplinar mais gravosa*» (artigo 235º do EMP).

Constituem infrações graves os atos praticados com dolo ou negligência grosseira que revelem grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres funcionais, nomeadamente, a grave falta de consideração e respeito devidos aos cidadãos e a todos aqueles com quem se relacione no exercício das suas funções (alínea b) do n.º 1 do artigo 215º do EMP).

Na escolha e determinação da medida concreta da sanção disciplinar deve atender-se, fundamentalmente, à gravidade dos factos, à culpa do agente, razões de prevenção e as circunstâncias que deponham a favor ou contra o Magistrado.

No caso em concreto, segundo um juízo de proporcionalidade legal, à infração imputada à Magistrada recorrente, não pode deixar de se considerar ajustada a pena de



multa.

Dos factos dados como provados verifica-se que os mesmos integram a prática, pela Magistrada arguida, de uma infração disciplinar por violação do dever de correção, prevista e punida pelas disposições conjugadas dos artigos 105.º, 204.º; 205.º, 215.º, n.º 1 al. b), 218.º, 227.º n.º 1 al. b) e 229.º do EMP.

Nestes termos, face à gravidade dos factos, à culpa e personalidade da Magistrada recorrente, à infração disciplinar praticada, às circunstâncias que depõem a seu favor e contra ela, todas já devidamente sopesadas pela Secção Disciplinar deste Conselho Superior, é de manter a sanção disciplinar de multa aplicada.

III - DECISÃO

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam no Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, aderindo aos fundamentos do Acórdão recorrido, não atender o recurso apresentado pela **Procuradora da República Lic. [A]** e manter, na íntegra, aquela decisão.

Lisboa, 10 de setembro de 2025